



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Angela Beatriz Pomatti, Éverton Reis Quevedo, Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Théobald Chartran(1849-1907) Laennec, no Hospital Necker, ausculta um tísico na frente de seus alunos (1816) (1889), mural, Salle Péristoryle da Sorbonne.

Pareceristas ad hoc: Marcelo Vianna (IFRS) | Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS) | Cristiano Enrique de Brum (PUCRS) | Ana Paula Korndorfer (UNISINOS) | Marlise Maria Giovanaz (UFRGS) | Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS) | Joana Carolina Schossler (UNICAMP) | Danielle Heberle Viegas (UNILASALLE) | Micaele Irene Scheer (UFRGS) | Zingaro Homem de Medeiros (UFRGS) | Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel) | Eduarda Borges (UFRGS) | Marcia

Regina Bertotto (UFRGS) | João Gabriel Toledo Medeiros (UNISINOS) | Rodrigo de Azevedo Weimer (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Jonas Moreira Vargas (UFPel) | Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Regina Célia Lima Xavier (UFRGS) | Leonardo de Oliveira Conedera (UDESC) | Beatriz Teixeira Weber (UFSM).

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre:
Revistas de Livre Acesso | International
Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai
| Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em janeiro de 2021.**



Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.26/1, (dez. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

1v.

Semestral

ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: HISTÓRIA DA SAÚDE, DAS DOENÇAS E DA ASSISTÊNCIA

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

ANGELA BEATRIZ POMATTI, ÉVERTON REIS QUEVEDO, VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO 8

SAÚDE TEM HISTÓRIA 12

ENTRE DIFERENÇAS E SIMILARIDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO A RESPEITO DOS OLHARES SOBRE A “SAÚDE” E A “DOENÇA” EM “MANUAIS DE MEDICINA POPULAR”, HOMEOPÁTICOS E ALOPÁTICOS, DE FINAIS DO OITOCENTOS 13
ANDRÉ PORTELA DO AMARAL

CIRCULACIÓN, PRÁCTICAS Y MEDICINA POPULAR. EM REFLEXIÓN SOBRE EL CURANDERISMO EM EL SIGLO XIX ARGENTINO 32
ASTRID DAHHUR

“O EXERCÍCIO DE CURAR SUPÕE O HÁBITO E COSTUME DE O FAZER”: BOTICAS E BOTICÁRIOS NO OITOCENTOS NO BRASIL MERIDIONAL 45
PAULO STAUDT MOREIRA E NIKELÉN ACOSTA WITTER

SOBRE AS VIRTUDES MEDICINAIS DOS INSETOS NA OBRA *PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO* DE JOSÉ SÁNCHEZ LABRADOR S. J. (1776-1776) 67
ELLANE CRISTINA DECKMANN FLECK

DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS À ENGENHARIA DE TECIDOS: A HISTÓRIA QUE TEM REVOLUCIONADO A MEDICINA E SALVADO VIDAS 90
LAURA SCHÄFER E MARIA HELENA ITAQUI LOPES

DOENÇAS E HISTÓRIAS 105

AS DOENÇAS E O ATENDIMENTO AOS ENFERMOS NOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII) 106
ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO

“MUI SEÑOR MIO, DESPUES DE HAUER RECONOZIDO LAS MEDIZINAS, PARESE QUE HA ENCONTRADO DE MENOS TODO LO QUE PARESE SU PAPEL”: UM ESTUDO SOBRE OS TUMORES NO PARAGUAI COLONIAL (SÉC. XVII-XVIII) 124
BERNARDO TERNUS DE ABREU

O FENÔMENO IMIGRATÓRIO E O CONTROLE DO TRACOMA: REPERCUSSÕES DA DOENÇA 146
LEONOR C. BAPTISTA SCHWARTSMANN

PÁGINAS DE UM SABER MÉDICO: A PRESENÇA DA TUBERCULOSE EM TRABALHOS PUBLICADOS NO ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA	163
<i>BRUNO CHEPP DA ROSA</i>	
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EXPOSIÇÃO “GRIPE ESPANHOLA: A MARCHA DA EPIDEMIA” DO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL	186
<i>ANGELA BEATRIZ POMATTI E GLÁUCIA G. LIXINSKI DE LIMA KULZER</i>	
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COMPORTAMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19	
<i>JANETE ABRÃO</i>	209
“SINTO FALTA DE ABRAÇOS”: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPel	
<i>QUEZIA GALARCA DE OLIVEIRA, MILENA DA SILVA LANGHANZ E LORENA ALMEIDA GILL</i>	230
INSTITUIÇÕES E ASSISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS	240
A SUPERLOTAÇÃO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO: IMPLICAÇÕES NA INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1937 (PORTO ALEGRE/RS)	
<i>LISIANE RIBAS CRUZ</i>	241
ESTIGMA DA LEPROSA: O MANEQUIM LÁZARO NA EXPOSIÇÃO DO MEMORIAL DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ	
<i>HELENA THOMASSIM MEDEIROS, JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES E DIEGO LEMOS RIBEIRO</i>	258
A ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR MODERNA E A (RE) PRODUÇÃO DO VIVER SOCIAL NO HOSPITAL MIGUEL COUTO EM NATAL (1927-1955)	
<i>ANDRÉ MOTA E RODRIGO OTÁVIO DA SILVA</i>	276
A MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, ENSINO E ASSISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO	
<i>CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS, ANTONIO RODRIGUES BRAGA NETO, ANTONIO CARLOS JUCA DE SAMPAIO, JORGE FONTE DE REZENDE FILHO E JOFFRE AMIM JUNIOR</i>	299
CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE: NOVAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (RIO GRANDE DO SUL, 1928-1945)	
<i>GABRIELLE WERENICZ ALVES</i>	312
CUIDAR DE POBRES DOENTES NAS MEMÓRIAS DE ENFERMEIRAS RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1956-1973)	
<i>VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO</i>	332

ARTIGOS LIVRES

ENTRE COIMBRA E VILA DO PRÍNCIPE: A ATUAÇÃO DO PADRE DR. MANUEL JOSÉ DA
FONSECA BRANDÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, COMARCA DO
SERRO DO FRIO, MINAS GERAIS, 1778 A 1797

347

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ

348

MODELOS DE ESPACIALIDADE NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA – UMA COMPARAÇÃO
ENTRE A HISTÓRIA LOCAL FRANCESA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NAS GERAÇÕES
SUBSEQUENTES

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

369

(RE)ESCRITURAS NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROCESSO
DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA

388

RAYANNE MATIAS VILLARINHO E ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Instituições e Assistência: Trajetórias

Esta primeira edição tem especialidades em docas especialidades em docas para casamentos, baptizara casamentos, sudos e banquetes. É usado e banquetes, unica depositaria da alianca depositaria da maada Guarana Espumantada Guarana Espumante e do eccellente chowcho e do eccellente labi Laeta, fabricados en labi Laeta, fabricados S. Paulo pelos Srs. Z&S, Paulo pelos Srs. molha Loureiro & Capotta Loureiro & J. Capoterra, Braso 1921 Capoterra, Br



A MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, ENSINO E ASSISTENCIA NO RIO DE JANEIRO

THE MATERNIDADE OF RIO DE JANEIRO: HISTORY, EDUCATION AND ASSISTANCE IN RIO DE JANEIRO

CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS¹

ANTONIO RODRIGUES BRAGA NETO²

ANTONIO CARLOS JUCA DE SAMPAIO³

JORGE FONTE DE REZENDE FILHO⁴

JOFFRE AMIM JUNIOR⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo destacar a importância da criação da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundada em 1904 com o nome de Maternidade do Rio de Janeiro, e sua relação com a construção de um modelo de ações voltadas não apenas para a ampliação, como também para a consolidação da assistência e ensino médico, ainda carentes de espaços específicos para esses fins. Através do uso da pesquisa documental e bibliográfica, foi possível delinear o caminho trilhado pela instituição abrangendo os eventos e toda a estruturas fundamentais envolvidas nos anos anteriores até o momento de sua fundação em 1904. A importância da Maternidade do Rio de Janeiro ultrapassa seu caráter assistencial. Pretendemos destacar a sua importante atuação na produção e propagação de ciência, fundamentais no enfrentamento às precárias condições de vida e saúde da população da capital federal, com especial destaque para o caso das mulheres e crianças pertencentes às classes menos favorecidas, solidificando as bases que propiciam a sua existência até os dias de hoje, contribuindo para a assistência e ensino médico de qualidade da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Maternidade; República; Assistência; Ensino médico; Rio de Janeiro.

Abstract: This article aims to highlight the importance of creating the Maternity School of the Federal University of Rio de Janeiro, founded in 1904 as the name of Maternity of Rio de Janeiro, in the scenario of the First Republic and its relationship with the construction of a model of actions aimed not only at expansion, as well as the consolidation of medical assistance and education, which still lack specific spaces for these purposes. Through the use of documentary and bibliographic research, it was possible to outline the path followed by the institution covering the events and all the fundamental structures involved in the previous years until the time of its foundation in 1904. The importance of Maternity of Rio de Janeiro goes beyond its assistance character. We perceive to highlight its important performance in the production and propagation of science, fundamental in facing the precarious living and health conditions of the population of the federal capital, with special emphasis on the case of women and children belonging to the less favored classes, solidifying the bases that provide its existence to the present day contributing to quality medical care and education in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Maternity; Republic; Assistance; Medical teaching; Rio de Janeiro

¹ Mestre em saúde perinatal da UFRJ, caroldpritsivelis@gmail.com

² Doutor em obstetrícia e professor da UFRJ e UFF- RJ, bragamed@yahoo.com.br

³ Doutor em história pela UFF e professor associado da UFRJ, acjuca@gmail.com

⁴ Doutor em medicina pela UFRJ e professor titular de Obstetrícia da UFRJ, rezendef@terra.com.br

⁵ Doutor em medicina pela UFRJ e professor associado IV da UFRJ, joffre@me.ufrj.br

Introdução

Observando o cenário da assistência médica da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, podemos destacar a existência de importantes hospitais gerais, que realizavam sua assistência através de uma rede de auxílios mútuos, religiosos ou de classes (no caso dos militares e bombeiros). Durante anos essas grandes instituições prestaram importante serviço no atendimento à população da capital federal. Mas no compasso do desenvolvimento e consolidação da medicina, com destaque para suas áreas específicas, fez-se necessária a criação de locais que atendessem não apenas a essa nova demanda, como também respondessem à crítica frequente da falta de espaços que se destinassem adequadamente a um ensino médico de qualidade, tão almejado pela comunidade médica.

Histórico antes da fundação

Fundada na primeira década do século XX, no curso do desenvolvimento e consolidação da importância do saber médico específico, com destaque a Ginecologia, Obstetrícia e a Pediatria, a Maternidade do Rio de Janeiro respondeu, em um primeiro momento, à necessidade de um local adequado para o “socorro obstétrico” (MAGALHÃES, 1932, p. 214), conforme identificava o Dr. Fernando Magalhães, respeitável e prestigiado obstetra, criador da Escola Obstétrica Brasileira, além de um importante observador de seu tempo.

Esse novo ambiente para a assistência obstétrica buscava se afastar do modelo instituído nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, espaço que prestava até então essa assistência. Constantemente a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em consonância com os membros da Academia Imperial de Medicina, manifestava suas insatisfações frente à falta de maternidades e à precariedade dos espaços destinados ao ensino e a assistência às gestantes e os recém-nascidos.

Em meio a essas discussões, o ensino prático da cadeira de obstetrícia é estabelecido, nos anos de 1840, no antigo prédio do Recolhimento das órfãs, e passaria por outros diferentes locais, cedidos pela administração da Misericórdia. Passaria ainda por uma enfermaria no antigo Hospital da Santa Casa, onde enfrentaria entraves religiosos e morais impostos pelas irmãs da Misericórdia, que muitas vezes recusavam o atendimento às mulheres, vistas como prostitutas e promíscuas. Mediante esse quadro, solicitações por um novo espaço são feitas ao provedor da Santa Casa, que nega veementemente, alegando falta de espaços para tal (MARTINS, 2004).

Apesar das casas de saúde e casas de parto existentes na capital do Império, que em sua maioria respondiam a importantes médicos e parteiras da cidade, elas não conseguiam atender às necessidades obstétricas do Rio de Janeiro. Em uma primeira análise, elas não existiam em número suficiente para a quantidade de gestantes que recorriam a elas. Além disso, considerando o seu caráter privado, excluíam aquelas mulheres que não tinham recursos suficientes para pagar pelo atendimento necessário.

Apropriando-se desses fatos, a obstetrícia e a pediatria, especialidades que estavam em processo de desenvolvimento, impulsionaram importantes discussões que figuravam na imprensa, buscando apoio da sociedade civil, em prol da intensificação do cuidado das mulheres e crianças, com destaque àquelas pertencentes às camadas sociais menos favorecidas. Nesse contexto, podemos

destacar a primeira tentativa de fundação de uma maternidade pública, a Maternidade Municipal de Santa Isabel (SANGLARD, 2015).

Iniciativa encabeçada nos primeiros anos da década de 1870 pelo médico José Rodrigues dos Santos, membro da Academia Imperial de Medicina e assistente de clínica de partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que buscou arremeter apoio no interior da comunidade médica, bem como entre membros da comunidade religiosa e classe política da cidade do Rio de Janeiro, na arrecadação de fundos que seriam empregados na construção de uma casa destinada aos partos e ao atendimento de gestantes e seus filhos e inspirada nas mais modernas instituições. Sem muito sucesso nas suas tentativas de conquistar os apoios e as doações necessárias para tal campanha, decidiu empenhar-se sozinho e criar por meios próprios a Casa de Saúde Santa Isabel, no bairro planejado e recém criado de Vila Isabel (BARRETO, 2015).

Apesar do fracasso dessa primeira tentativa de criação de uma maternidade pública, José Rodrigues dos Santos ainda buscava por anos transferir a Casa de Partos Santa Isabel para a administração do Estado. Apenas em 1880, através da mediação e apoio de outro médico e deputado da Câmara Municipal, Bezerra de Menezes, que ocupava a presidência da Câmara Municipal desde fins dos anos 1870, esta integrou a Casa de Partos. Ela foi então transformada na Maternidade Municipal Santa Isabel, com a missão de proporcionar, além do atendimento obstétrico, um ambiente privilegiado para as aulas práticas da cadeira de obstetrícia e pediatria da Faculdade de Medicina, contando ainda com um serviço especializado de amas de leite (BARRETO, 2015).

Não possuindo ainda um prédio próprio, a Maternidade Municipal Santa Isabel contaria com um auxílio de 5\$000 proveniente da Câmara e igual quantia do governo municipal (Jornal do Comercio, 10/07/1881, p.2). Iniciou seus atendimentos em abril de 1881, em uma enfermaria contando com 20 leitos, que seria alugada na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda e atenderia gratuitamente “mulheres que estivessem nos últimos tempos de prenhez”, servindo também como espaço para o ensino prático da Faculdade de Medicina, conforme anúncio nos jornais correntes na Capital Federal (Jornal do Comercio, 02/04/1881, p.1).

Podemos perceber, através dos números de atendimentos no primeiro ano de seu funcionamento, qual era o público assistido pela Maternidade. Foram atendidas 103 mulheres entre abril de 1881 e setembro de 1882, sendo 68 escravas e 35 livres (Jornal do Comercio, 26/10/1882, p.3), demonstrando que a Maternidade era voltada às mulheres mais desprovidas da sociedade. Apesar de estar cumprindo importante função em atender a uma demanda necessária da cidade, a constante falta de recursos prejudicou o atendimento da Maternidade, inviabilizando melhorias em suas modestas instalações, impactando, por conseguinte, o ensino prático da obstetrícia. Assim, durante os primeiros meses do ano de 1883 o Dr. Rodrigues dos Santos apelou aos membros da Câmara por mais auxílio para a construção de um novo prédio que abrigaria a maternidade, o que foi negado, impondo assim o encerramento das atividades da efêmera Maternidade Municipal Santa Isabel (Jornal do Comercio, 13/02/1883, p.2)

Neste mesmo ano, o Barão de Cotegipe, o novo provedor da Santa Casa, dá mais um golpe no já precário atendimento e ensino obstétrico da cidade do Rio de Janeiro, ao ofertar novas instalações para todas as clínicas da Faculdade de Medicina, exceto para a obstetrícia, cujo novo espaço

ofertado ao serviço de mulheres grávidas é na verdade o espaço onde funcionava a antiga secretaria da Santa Casa, que não contava com as condições e tampouco o espaço necessário para tal atendimento (BARRETO, 2015).

Mais uma vez alijada de condições para as aulas e em especial para a assistência das gestantes, membros da Faculdade de Medicina buscaram cooptar a participação popular para criar bases de mais uma tentativa na direção da criação de um novo espaço de maternidade que prestasse assistência às gestantes e que permitisse o ensino prático de qualidade e moderno, como buscado pelos professores da Faculdade de Medicina e da Academia de Medicina.

Assim, encontramos em 1884 o médico e professor de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, Erico Marinho da Gama Coelho, como orador de uma das Conferências Populares da Glória, intitulada “Da assistência de partos no estrangeiro e ensino respectivo”, onde fazia uma crítica feroz e contundente ao momento do ensino e da assistência obstétrica praticado nas instalações da Santa Casa, defendendo a necessidade da criação de uma maternidade pública e de qualidade, que além de atender gestantes e parturientes, pudesse acomodar o ensino prático dos alunos da Faculdade de Medicina (CARULA, 2007). É ainda pela voz do Dr. Erico Coelho que são apresentados dois projetos que deveriam ser encaminhados ao Imperador, que consistiam no aconselhamento da criação de uma maternidade pública na Capital Federal e a sugestão de intervenção imediata do governo imperial no funcionamento e administração da Santa Casa de Misericórdia, com especial olhar sobre a assistência aos partos e moléstias das mulheres, áreas de sua atuação (BARRETO, 2015).

Nos anos seguintes vemos, através de diferentes nomes de membros da Faculdade de Medicina e da Academia de Medicina, a intensificação das discussões acerca das condições precárias do prédio onde funcionava a Maternidade da Faculdade, no Hospital da Misericórdia e as seguidas tentativas de obtenção de fundos para a criação de um novo espaço de maternidade e ensino. Finalmente, após inúmeras sessões da Câmara Municipal, a construção da nova maternidade seria aprovada, em um terreno doado pela Ordem Carmelita, na Praia da Lapa, próximo ao Convento do Carmo. As obras se iniciam em maio de 1889, cabendo ao diretor da Faculdade apresentar os estatutos e o nome do diretor da Maternidade, que deveria ser o lente da cadeira de obstetrícia (Jornal do Commercio, 3/5/1889, p.1).

No mesmo ano de 1889, apenas alguns meses mais tarde, a Proclamação da República põe por terra o Império e a criação da maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro. A intensa crise financeira que atingiu os primeiros anos da República, que gerou a escassez dos recursos financeiros do Governo Federal, terminou acarretando as constantes interrupções nas obras do prédio, mudanças na gestão da obra e sua total interrupção e abandono em 1895.

Nesse contexto de crise e escassez podemos entender a participação e organização de importantes parcelas da sociedade carioca na obtenção de recursos necessários para que fosse possível a continuidade do projeto da maternidade. Concertos, peças teatrais, organização de sorteios, loteria, leilões e festas são organizados em diferentes associações e grupos, dentre eles clubes associativos, sociedades líricas, associação dos alunos da Faculdade de Medicina e entre proeminentes famílias da cidade do Rio de Janeiro. Assim, em 1896, da reunião de algumas importantes senhoras da cidade,

surge a Associação Damas da Caridade que, apelando para a bondade e caridade dos habitantes da capital, buscava qualquer contribuição para “promover os meios de abrigar as mulheres grávidas pobres na maternidade, ampará-las durante o parto e proteger ao recém-nascido nos primeiros momentos de vida” (Gazeta de Notícias, 10/05/1896, p.3).

Podemos entender as ações desse grupo inseridas dentro de um movimento que já se fazia presente desde os setecentos na sociedade brasileira – a filantropia. Segundo Laurinda Abreu, “

a filantropia tinha como primado a procura de eficácia na intervenção que se queria transformadora. Afastava-se da caridade, não tanto pelas profundas motivações religiosas que caracterizavam as práticas assistenciais tradicionais, mas por seu caráter meramente paliativo.

[...]

Independentemente da geografia ou da confissão religiosa, os pobres e a pobreza eram colocados no centro das reflexões dos políticos e dos observadores sociais, atraindo novos atores e contributos, num tempo de grande efervescência ideológica. As elites continuavam a dominar, mostrando-se influenciadas pelas preocupações governamentais com as causas estruturais da pobreza. (ABREU, 2015, p. 7).

Assim, entendemos a filantropia como algo bem mais complexo que apenas dedicar-se apenas em fazer um bem maior. A filantropia funcionava como um catalisador de ideais e esforços, que quando aplicadas, poderiam adicionar a aqueles que a faziam, retorno além do financeiro. Os impactos iam além. Ainda segundo Lucinda Abreu,

Numa contabilidade entre o investimento e o lucro, tomando este último como possibilidade de aceder aos recursos assistenciais para outros fins que não os previstos e como acumulação de capital social granjeado no exercício de funções dirigentes, os novos grupos que vão chegando às Misericórdias e a outros organismos de assistência e saúde raramente saíram perdedores.

[...]

Do lado do poder político, houve também, uma rápida percepção das vantagens decorrentes desses relacionamentos [...] (ABREU, 2015, p.9).

Em finais de 1896, ainda em meio à crise financeira, o governo federal, alegando falta de recursos e total incapacidade de manter a instituição, decidiu repassar a administração da maternidade ainda em construção para a municipalidade, exigindo que a mesma concluísse a obra (Gazeta de Notícias, 27/01/1897). Porém após um ano passado, o prefeito Ubaldino do Amaral recusou-se a receber a maternidade, alegando que:

Tendo o Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitado o acordo da Prefeitura Municipal do Districto Federal para que se faça a efectiva á Municipalidade a transferência do serviço de maternidade, conforme os institutos da lei nº 429. De 10 de dezembro de 1896, declarou o sr. Prefeito Municipal, que, tendo submetido o assumpto a detalhados estudos e sobre elle atentamente considerado, é impossível a aceitação de tal encargo, não só por não estar a Prefeitura habilitada a aceitá-lo por deliberação do Conselho da Intendência, mais ainda por não dispor a Municipalidade de recursos para acudir á conclusão das obras e custeio de tão oneroso estabelecimento.

O edifício destinado à maternidade é o que está em princípio de construção no caes da Glória e que só de cantaria e de mão de obra representa centenas de contos. (Jornal do Commercio, 14/02/1898, p.2)

Em março do mesmo ano, o prefeito Ubaldino do Amaral volta a justificar a negativa em assumir a nova maternidade, destacando mais uma vez não apenas uma inabilidade administrativa, bem como a crise financeira em que encontrava o Distrito Federal. Assim, segundo ele:

Consultado se a Prefeitura tomaria a sai concluir as obras da Maternidade, e manter a instituição, respondi ao sr. Ministro do Interior que faltava-me competência para o fazer, e que a situação financeira do Districto Federal não lhe permitia assumir compromisso tão grave.

A despeza com as obras orçará por 700 contos; a instalação e custeio do estabelecimento devem ser avultados. Diversos institutos pesão já desproporcionalmente sobre o nosso orçamento; sendo para notar que em alguns delles não tem os poderes municipais a mínima intervenção. (Jornal do Commercio, 03/03/1898, p.3)

Assim, sendo ainda responsável pela construção e administração da maternidade em 1899, o Governo Federal buscou uma nova alternativa para dar continuidade às obras. Através da promessa de prorrogação de um contrato antigo existente entre o governo federal e a Companhia de Loterias Nacionais, a Companhia deveria contribuir com uma quantia anualmente, que seria revertida para o financiamento de algumas instituições antes de responsabilidade financeira do Distrito Federal. A lista incluía o Instituto Benjamin Constant, que atendia pessoas com deficiência visual, um asilo para a velhice desamparada, o Instituto da Infância e foi incluída a futura maternidade, cuja verba seria utilizada na conclusão das obras (Jornal do Commercio, 21/09/1899, p.4).

O impasse entre os interesses políticos e as necessidades envolvendo o Governo Federal e a municipalidade do Rio de Janeiro, além da profunda crise econômica vivida desde os primeiros anos da república, e que só viria a ser superada totalmente no quadriênio de governo de Campo Salles (1898-1902), podem ser identificadas como causas possíveis do abandono do projeto de construção da primeira maternidade da cidade do Rio de Janeiro. Alguns autores, com destaque para Gisele Sanglard (2015) também destacam que o insucesso da maternidade provém do fato de que a ideia teria sido gestada ainda no período imperial e apoiada pela Igreja Católica, tornando-se assim inconcebível frente aos novos postulados republicanos, além da observância de um Estado laico.

Durante o ano de 1900, o assunto da necessidade de construção de uma maternidade para a cidade do Rio de Janeiro volta à tona, através das discussões propostas no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, sediado na cidade, em conjunto com outros eventos ocorridos em comemoração ao 4º centenário do Descobrimento do Brasil. Nesse congresso seriam discutidas importantes ações pertinentes a áreas da saúde não apenas da cidade do Rio de Janeiro, bem como outros tópicos que afligiam a saúde nacional como a febre amarela, a malária e a tuberculose. (Brazil-médico, 22/03/1900).

Dentre as comissões formadas durante o congresso, uma em especial merece aqui um destaque. Era presidida pelo professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Antonio Rodrigues Lima, e composta por importantes nomes da medicina do Distrito Federal dentre eles o dr. Vieira Souto (cirurgião da Misericórdia), o dr. Feijó Filho (obstetra assim como seu pai, Dr. Luiz da Cunha

Feijó – Visconde de Santa Isabel e parteiro da Casa Imperial), o dr. Joaquim Cândido de Andrade (um dos médicos fundadores da Policlínica de Botafogo) e o dr. Francisco Furquim Werneck (obstetra e ginecologista e fomentador da anestesia obstétrica). Essa comissão seria responsável pela criação de uma maternidade que se destinasse não apenas ao atendimento às gestantes carentes, bem como fosse um local de cuidado das “doenças de mulheres” (Brazil-Médico, 1900).

É importante referenciar aqui esses homens que agiram não apenas segundo suas vocações, mas também usaram do seu capital social e político para alavancar uma ideia que parecia impossível, vistas as tamanhas dificuldades encontradas em seu percurso. A escolha do dr. Antonio Rodrigues Lima para a presidência da comissão exemplifica esse argumento. Médico baiano, nascido em uma família proeminente e de forte influência política, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1875), elegeu-se deputado federal entre 1881-1884. Foi preterido ao cargo de professor da cadeira da Clínica Obstétrica e Ginecologia pelo Imperador em 1885, apesar de ter alcançado o primeiro lugar. Em 1894 é novamente eleito para a vaga de deputado federal pela Bahia. Conseguiu sua transferência da Faculdade de Medicina da Bahia para a do Rio de Janeiro em 1896 e foi reeleito como deputado em 1897.

Assim em 1900, encontramos então o dr. Antonio Rodrigues Lima, deputado federal, professor da Faculdade de Medicina e presidente da comissão de fundação da maternidade. Um homem que ocupava importantes espaços de sociabilidade e da política, determinando bem seu papel de protagonista, capaz de articular e fomentar alianças fundamentais para o futuro êxito da maternidade.

Ocupando justamente o cargo de deputado, é de iniciativa do dr. Antonio Rodrigues Lima duas emendas no orçamento capazes de angariar os recursos necessários para a fundação da maternidade (Gazeta de Notícias, 02/10/1901, p.1). Mas, apesar dessas tentativas, as discussões acerca dos enormes gastos públicos acabam por caminharem lentamente.

Com as discussões orçamentárias acontecendo concomitantemente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e após algumas reuniões mais acaloradas, os senadores aprovam a primeira dotação destinada para a fundação ou adaptação de um edifício para a maternidade e uma escola profissional de enfermeiros para o orçamento de 1902 (Gazeta de Notícias, 11/12/1901, p.2). O valor de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos), o equivalente a aproximadamente R\$ 18.500.000,00 em valores atualizados, foi empenhado pelos membros da comissão para a obtenção de um novo local onde se instalaria a maternidade, visto o uso do prédio abandonado da rua da Lapa estar fora de questão. Segundo o dr. Abreu Fialho, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o prédio da Lapa já não servia porque

decorridos por tantos anos do plano então, às exigências da atualidade. Era central, próximo de um ponto movimentado e tinha sido idealizado ainda num tempo em que dominava um falso preceito científico. Reinava o horror à infecção puerperal, e o hospital era dividido em pequenos cômodos, consoante a regra da época (Renascença, 1904, p.25).

Após uma busca incansável por diferentes terrenos e prédios, a comissão encontrou no bairro nobre das Laranjeiras, situada a rua das Laranjeiras nº 66, uma construção que atendia a todas as exigências de salubridade e modernidade imprimida pela medicina moderna. O edifício, antes uma residência, contava com uma construção principal que detinha dois pavimentos, de espaçosas acomodações alocadas em um vasto terreno, que contava com alguns outros pequenos prédios no fundo e que assim ainda poderia acomodar mais construções necessárias em uma ampliação futura. Além do bom espaço físico, a propriedade se localizava em um ponto de fácil trânsito, sendo facilmente acessada através dos meios de transportes existentes (A Notícia, 22/07/1902, p.1).

Após a aquisição, faltava agora a adequação do edifício, e a obtenção dos equipamentos que seriam utilizados. Realizados todos os acertos necessários, a maternidade é aberta para visitação presidencial em setembro de 1903, e tem sua primeira direção escolhida. Como diretor da instituição temos o dr. Antonio Rodrigues Lima, o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida como vice-diretor e como tesoureiro o Dr. Francisco Gonçalves Penna (Gazeta de Notícias, 11/10/1903, p.1). No mês de novembro, a Associação das Damas da Sociedade, organização criada e organizada por senhoras ilustres da sociedade carioca, que seriam responsáveis pela obtenção e gestão dos fundos obtidos através da caridade e doações, se reúnem pela primeira vez e traçam as primeiras ações de auxílio à maternidade (Gazeta de Notícias, 27/11/1903, p.2).

É importante percebermos o significado desse auxílio filantrópico, que ia além de uma bondade intrínseca. A ação de socorro ao próximo está perfeitamente inserida na sociedade burguesa dos anos iniciais do século XX, conforme sublinha Maria Martha de Luna Freire, quando percebe que a sociedade carioca entende a filantropia como uma “prática inerente à cultura da elite do período” e esta estava ligada ainda a uma “atmosfera nacionalista dominante entre a intelectualidade urbana republicana” que propiciava um “cenário de convergência identitária entre saúde, educação e nação” (2015, p.114).

Assim, a filantropia, partilhada entre os membros de parcelas específicas da sociedade, seria no que eles acreditavam “potencial transformador da higiene- em seu pressuposto de saúde como responsabilidade individual e objeto de processo educativo próprio”. A atuação filantrópica assim, significava mais do que apenas uma ação piedosa, a fim de “minimizar os efeitos da miséria e do pecado, mas deveria buscar garantir a integridade física e moral das futuras gerações, incorporando em seus princípios e práticas os conhecimentos e o arsenal técnico-científico mais moderno disponível.” (2015, p.114). Cabe aqui ainda destacar mais uma faceta da filantropia. O retorno social e político propiciado por ações filantrópicas era alto, abrindo possibilidade para ascensão de carreiras e personalidades, e acesso a novas esferas de poder, fosse ele político, social ou mesmo econômico.

Apesar da “inauguração” em setembro de 1903, apenas em 18 de janeiro de 1904, e através de decreto federal, é organizada a Maternidade do Rio de Janeiro. Nesse documento oficial, ficava claro em seus artigos qual seria a finalidade da instituição. Além do atendimento de mulheres em qualquer tempo do período de gestação, das amas de leite, e de mulheres que necessitassem de pequenas cirurgias e curativos, caberia à Maternidade recolher mulheres grávidas e puérperas que necessitassem, dando-lhes repouso e assistência em qualquer momento da gravidez, antes e depois do parto. Deveria ainda ser criado um local de recolhimento para crianças, que “nascidas na Maternidade,

perderem suas mães e ficarem de todo desvalidas”. Haveria também a obrigação da distribuição de leite para aqueles bebês nascidos na Maternidade e que em “razão de moléstia, miséria ou falta de leite, carecerem absolutamente desse recurso” (Brasil, Decreto n.5117 de 18/01/1904).

Porém, como foi anteriormente dito, além de sua faceta assistencial, a Maternidade do Rio de Janeiro responderia a mais uma questão antiga presente na sociedade carioca. A ausência de um espaço de ensino prático adequado para a Obstetrícia era uma crítica antiga, sempre presente nos principais discursos acerca da qualidade do ensino médico. E ela serviria a esse fim, tornando-se um espaço de ensino prático de Ginecologia e Obstetrícia, podendo ser frequentada por médicos e parteiras, além dos alunos da Faculdade de Medicina. Além disso, seria criada em anexo ao prédio da maternidade uma escola profissionalizante para enfermeiras, que contribuiriam para a assistência obstétrica das gestantes, recém paridas e seus bebês (Brasil, Decreto n.5117 de 18/01/1904).

Informações sobre as pacientes atendidas na Maternidade infelizmente se perderam no tempo, nos impedindo de fazermos uma análise mais pormenorizada das mulheres que buscaram o socorro da instituição, mas podemos tirar algumas informações importantes do relatório do ministério da Justiça e Interior, responsável pelo acompanhamento da atuação da Maternidade. Segundo ele, a instituição contava com 5 enfermarias localizadas no prédio principal (Schroeder, Pajot, Braun, Carlos Teixeira e Barnes), dois pavilhões mais afastados - o Visconde de Santa Isabel e o Tarnier, o primeiro para alojar gestantes e o último para o isolamento das grávidas que necessitassem estar afastadas das demais.

Ainda segundo o relatório, obtivemos o número de atendimentos entre os meses de abril e dezembro de 1904, que para facilitar a compreensão dos dados foram separados em três categorias: Ambulatório, Obstetrícia e Ginecologia.

Tabela 1. Atendimentos da Maternidade do Rio de Janeiro em 1904 (abril a dezembro)

Ambulatório	Obstetrícia	Ginecologia
248	153	33

Fonte: Relatório do Ministério da Justiça

Se pegarmos apenas as mulheres atendidas na obstetrícia, temos segundo o relatório, que dessas 153 mulheres, 41 eram brancas, 51 pretas e 61 mestiças (termos encontrados no relatório). Já os números da Ginecologia, das 33 mulheres atendidas, 17 eram brancas, 6 pretas e 10 mestiças. O relatório ainda nos revela o estado civil delas. Se observarmos o caso da Obstetrícia, 116 eram solteiras, 34 casadas e 3 viúvas. Já na Ginecologia 14 eram solteiras, 12 casadas e 7 viúvas. Para fins comparativos, usando como base o censo populacional de 1908 (que contém os dados populacionais dos anos seguintes a 1900, o último censo populacional), que nos dá importantes dados sobre idade, sexo e estado civil da população da cidade do Rio de Janeiro. Não temos a cor dessa população, que seria informada apenas até o censo de 1890, prejudicando assim a análise da cor dessas pacientes. Assim, obtivemos que o Distrito Federal tinha 691.565 habitantes, sendo 297.636 mulheres (43% da

população da cidade). Dessas mulheres 215.035 eram solteiras, significando 72,2% de toda a população feminina do Distrito Federal.

Se fizermos um paralelo entre esses dados obtidos através dos censos e os dados de atendimento da maternidade, ainda que simplificados, podemos observar que a maioria dos atendimentos da Maternidade corresponde a mulheres solteiras, condizente com a percentagem de mulheres solteiras existente na cidade do Rio de Janeiro. E esses dados valem tanto para a Ginecologia como para a Obstetrícia. Através dessas informações podemos levantar algumas questões, mas sem fontes que nos permitam maior análise, não podemos chegar muito mais longe nas nossas conclusões. Sabendo que, a maioria das mulheres ainda se utilizavam de suas redes de confiabilidade e parentelas para dar à luz dentro de suas residências, as mulheres solteiras, talvez desprovidas dessas redes e em algum tipo de risco social, seja pertencentes às camadas menos favorecidas ou mesmo membros daquelas parcelas vistas como marginalizadas (como prostitutas, por exemplo) buscavam um local que as acolhesse e possibilitasse terem seus bebês em segurança.

Ainda no ano de 1904, a Maternidade estaria envolvida, através de seu diretor, nas discussões da Câmara dos Deputados sobre a criação de uma universidade única para a cidade do Rio de Janeiro. Esse debate seria fundamental anos mais tarde quando da criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 (O Paiz, 14/07/1904, p.1).

Apesar dos serviços prestados pela Maternidade, vozes dissonantes na Câmara dos Deputados, buscavam descreditar a instituição, acusando-a de ser uma “mera repartição pública”, que dependeria do Governo Federal, por conta da verba anual destinada a ela (40:000\$, aproximadamente R\$ 4.920.000,00) e que sua existência deveria ter sido autorizada pelo poder legislativo, o que não ocorreu (Annaes da Camara dos Deputados, 1904, p.101-2). Coube ao diretor da Maternidade e Deputado Antonio Rodrigues Lima defendê-la, expondo os fatos desde a compra da propriedade que serviria à sua instalação, os atendimentos e a necessidade antiga da cidade em ter uma instituição do porte da Maternidade do Rio de Janeiro. Por fim, encerrou sua defesa respondendo à crítica do financiamento do Governo Federal, dizendo que a instituição em pouco tempo se sustentará sozinha, desonerando assim os cofres públicos, visto os enormes auxílios de particulares, que ele acreditava que se manteriam (Annaes da Camara dos Deputados, 1904, p.133).

Essa discussão entre alguns membros da Câmara dos Deputados nos mostra que a Maternidade, mais do que um projeto vitorioso de saúde pública, também seria um espaço de disputas ideológicas e políticas dentro da comunidade médica e política da cidade do Rio de Janeiro. Mas, após o fim do seu primeiro ano de funcionamento, a Maternidade do Rio de Janeiro continuará no caminho de estabelecer-se como uma instituição modelo não apenas na assistência ginecológica e obstétrica, bem como um espaço de ensino prático médico, que muito contribuirá para elevar as condições da prática médica, muito questionada no período abordado. Coube à Maternidade também auxiliar na afirmação de campos específicos da Medicina como a Obstetrícia, a multiplicação de ações de proteção e assistência mais organizados com o apoio dos governos federais e municipal, ainda que de forma discreta.

Como conclusão desse trabalho, podemos destacar que a ação de homens e mulheres que foram capazes de convergir o uso de seus capitais político, social e econômico no empenho de dotar

a Capital Federal de um serviço de assistência e ensino obstétrico seguro e moderno capaz de atender em primeira instância às demandas e necessidades das classes médica e da população favorecida, apoiada no que poderíamos enxergar como os primórdios das ações governamentais federais ou municipais na área de saúde pública, nos leva à criação da Maternidade do Rio de Janeiro, que lutará por anos até a solidificação de suas bases como instituição de importância na saúde da cidade do Rio de Janeiro, fazendo com que sua existência seja mantida até os dias de hoje, em funcionamento, servindo como espaço de assistência, ensino, produção e divulgação de conhecimento de qualidade não apenas para a cidade do Rio de Janeiro, bem como para todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adolpho Bezerra de Menezes. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/adolpho-bezerra-de-menezes-cavalcanti/>. Acesso em 23 nov. 2020.

Antonio Rodrigues Lima. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/antonio-rodrigues-lima/>. Acesso em 14 dez. 2020.

ABREU, Laurinda. Prefácio. In: Sanglard et al. Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015

BARRETO, Maria Renilda. Pro Matre: arquivo e fontes para a história da maternidade no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manginbos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 295-301, 2011.

_____. In: Sanglard et al. Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015

BRASIL. Decreto n.5117 de 18 de janeiro de 1904. Organiza a Maternidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, seção 1 – 20/01/1904

CARULA, Karoline. As conferências populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). 2007. 179p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

Erico Marinho da Gama Coelho. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/erico-marinho-da-gama-coelho/>. Acesso em 23 nov 2020.

Francisco Furquim Werneck de Almeida. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/francisco-furquim-werneck-de-almeida/> Acesso em 10 dez. 2020.

FREIRE, Maria Martha de Luna. In: Sanglard et al. Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015

FURTADO, Junia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas coloniais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.41: 88-105, jul-dez. 2005. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Barbeiros_cirurgioes_e_medicos_nas_Minas_colonial.PDF.

GERSON, Brasil. História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 6ª ed., 2015

José Antonio de Abreu Fialho. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <http://www.anm.org.br/jose-antonio-de-abreu-fialho/> . Acesso em 10 dez 2020.

Luiz Honório Vieira Souto In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/luiz-honorio-vieira-souto/> . Acesso em 10 dez 2020.

Joaquim Candido de Andrade. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <https://www.anm.org.br/joaquim-candido-de-andrade/> Acesso em 10 dez. 2020.

MAGALHÃES, Fernando. O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1932). Rio de Janeiro, Typ. A.P. Barthel, 1932

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004

Maternidade do Rio de Janeiro. In: Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/825-maternidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 23 nov 2020.

SANGLARD, Gisele. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 257-289, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200020&lng=en&nrm=iso>. access on 02Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142007000200020>.

SANGLARD, Gisele. A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar no Distrito Federal. In: PORTO, Ângela et al. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 61-87.

SANGLARD [et al.]. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015

A Notícia 27/07/1902

Annaes da Camara dos Deputados 09/11/1904

Brazil-Médico 1900 (00021-00024)

Gazeta de Notícias 10/05/1896

Gazeta de Notícias 27/01/1897

Gazeta de Notícias 02/10/1901

Gazeta de Notícias 11/12/1901

Gazeta de Notícias 10/10/1903

Gazeta de Notícias 27/11/1903

Jornal do Comercio 02/04/1881

Jornal do Comercio 26/10/1882

Jornal do Comercio 13/02/1883

Jornal do Comercio 03/05/1889

Jornal do Comercio 21/09/1899

Jornal do Comercio 14/02/1898

Jornal do Comercio 03/03/1898

Jornal do Comercio 21/09/1899

O Paiz 14/07/1904

Relatório do Ministério da Justiça 1905

Renascença: Revista mensal de letras, sciencias e artes. Rio de Janeiro, março 1904

Rio de Janeiro: IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil – vol. 1 (1908-1912). Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. 1912.